



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**  
PRESIDÊNCIA

**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL MONTALEGRE  
NA VISITA DO SENHOR MINISTRO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL  
E DAS PESCAS, DR.º JAIME SILVA  
(MONTALEGRE, 03 JULHO 2007)**

Foi pena a decisão desta visita de V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a Montalegre ser tão apressada. Havia muitos agricultores que gostavam de estar aqui, para ouvir a palavra do seu Ministro e para testemunharem este momento, e agradecer ao Ministro da Agricultura e ao governo a decisão que vai tomar, estou certo, de entregar a Quinta da Veiga ao Município de Montalegre.

E permitam-me que deixe aqui o meu primeiro agradecimento ao Senhor Director Regional de Agricultura do Norte, Arq.to Carlos Guerra, pela colaboração que deu neste processo. Foi ele a primeira pessoa do Ministério que abordamos e, ao contrário do que era costume, não nos escorraçou. Ouviu os nossos argumentos e compreendeu aquilo que pretendíamos. E fez, bem, o seu trabalho. Muito obrigado!

O pedido de cedência da Quinta da Veiga que acabamos por apresentar ao Senhor Ministro da Agricultura e que aqui reforçamos, não foi um processo simples.

Há muito que havia a ideia de que aquele espaço podia funcionar melhor, e que a Câmara poderia ali ter a sua participação. Mas a ideia de dar modernidade à exploração da Quinta reclamava parcerias entre entidades públicas e privadas, só que esses processos colidem sempre com enormes pesos burocráticos, ainda por cima quando a propriedade é pertença do estado.

A degradação daqueles serviços por um lado, a voz do povo e de pessoas que conheciam a génese da Quinta da Veiga, por outro, incentivaram a Câmara a meter mãos à obra e procurar argumentos para que a Quinta da Veiga viesse para o Município para estar ao serviço do desenvolvimento da nossa terra. Foi então que iniciamos um difícil trabalho de recolha de informação e documentos que permitiu esclarecer algumas dúvidas e fundamentar o nosso pedido.

A Quinta da Veiga tem cerca de 110 hectares, é propriedade do Estado, é certo, mas há direitos legais do município se se verificar o seu encerramento ou a alteração do uso.

Os terrenos que a integram eram baldios, e outra parte eram privados e foram adquiridos pela Câmara. Esse conjunto de terrenos foi incorporado por lei no património do Estado, cabendo à Câmara, na altura, uma indemnização de 39 contos. Com destino definido: Cemitério de Montalegre, arranjo da estrada para Meixedo, calceta das ruas de Meixedo e aquisição do mobiliário da escola de Meixedo.

Esta estrutura foi criada em 1916 com o Posto Zootécnico do Barroso. E houve nessa decisão visão local e grande influência da Câmara de então presidida por José Bento Gonçalves Barroso Júnior, mais conhecido por "Peguisto", que conseguiu transferir para Montalegre o Posto Zootécnico do Gerês, que assim foi extinto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE PRESIDÊNCIA

O serviço tinha como objectivos o aperfeiçoamento da raça barrosã, exemplificar o cruzamento de espécies bovinas mais rentáveis para a região, a criação e expansão de raças de qualidade de gado cavalar, o melhoramento de forragens e seu ensinamento e a expansão da laticultura.

A seguir veio a Estação Experimental de Batata de Semente e foram anos de crescimento económico e criação de riqueza na região.

Estiveram cá excelentes quadros e criou-se muito emprego.

Mas a criação do Posto Zootécnico do Barroso tem mais uma particularidade política muito relevante: Foi assinada por um homem da República, o Presidente Bernardino Machado!

Mas aos poucos, essa estrutura foi perdendo prestígio, qualidade e importância, esqueceu os seus objectivos, e transformou-se num sorvedouro de dinheiros do estado.

O Governo, no âmbito da reestruturação dos serviços da agricultura, acabou com o esbanjamento de dinheiros públicos e suspendeu aí toda a actividade. Actividade que há muito não se revestia de qualquer interesse local nem para o Estado.

Mas, conforme a República, acossada, em 1916 defendeu os interesses do povo de Montalegre, não só ao lançar esta importante estrutura, mas garantindo no articulado da lei que criava o Posto Zootécnico algumas limitações ao uso e fins dos terrenos, também agora a República, democrática como então, mas mais robustecida, através do governo, irá fazer justiça e cumprir a sua obrigação, estou certo, e colocar a Quinta da Veiga nas mãos dos barrosões, para estar, novamente, ao serviço do desenvolvimento e do progresso da nossa terra.

O Governo faz a sua obrigação, é certo, mas ajuda muito a nossa terra porque empurra Montalegre para a qualificação do turismo e puxa pelo concelho porque temos melhores condições para atrair investimento, para criar novos produtos e novos empresários.

E o que é que a Câmara ali pretende fazer? Ainda é muito cedo para uma resposta muito precisa.

Mas queremos um projecto dos tempos modernos, que crie emprego e riqueza na região.

Vamos ouvir opiniões e sugestões mas, em linhas gerais, pretendemos um projecto de desenvolvimento rural, com a componente cultural e a componente turística.

Aí se poderá instalar um grande museu, um núcleo agrícola do Ecomuseu de Barroso e desenvolver o tema da casa agrícola do Barroso, num espécie de quinta pedagógica que seja o repositório da agricultura tradicional de Barroso. Mas terá lugar aí, certamente, um produto turístico mais amplo, que pode contemplar a hotelaria, a vertente lúdica, desportiva, de lazer e que sirva também os produtos locais e a gastronomia da região.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**  
PRESIDÊNCIA

Senhor Ministro

Esta região, para dar um salto qualitativo, e em nome do combate à desertificação, exige algumas normas de excepção para os produtos locais. O grande potencial do presunto e dos enchidos, já muito importante em termos económicos, precisa de mais estímulo e que se alargue o apoio à construção de pequenas unidades de fabrico. E a batata, emblema desta terra, porque é que não merece apoio à produção como aconteceu com outros produtos agrícolas noutras zonas do país e da União?

Senhor Ministro

Os nossos agricultores sabem produzir, mas falta-lhes sentido empresarial.

Em face dessa debilidade empresarial, precisamos de uma estrutura para investigação, informação, formação, apoio aos produtores, promoção e comercialização de produtos locais, tal é o seu número, a sua importância económica e as suas potencialidades. E esperamos que o QREN acolha esta ideia para a região do Alto Tâmega ou mesmo para Trás-os-Montes. E, porque não, sediada na Quinta da Veiga?

Senhor Ministro da Agricultura:

Nesta região, essencialmente agrícola, em que toda a economia depende, e muito, deste sector, e no momento em que se assina o QREN, esperamos todos que o Plano de Desenvolvimento Rural venha ajudar mais os mais fracos, os que investem e os que trabalham em vez de dar subsídios para as terras estarem de poulo.

E o desenvolvimento harmonioso do país não pode excluir economias débeis como as rurais do interior e, em nome da solidariedade e também da justiça social, é preciso aumentar os rendimentos dos nossos agricultores com formação, novos apoios ao rendimento e novos atractivos para o investimento para, desta forma, também lutarmos contra o despovoamento e a sangria da nossa terra.

E temos boas esperanças em que assim seja, pela determinação deste Governo e do Ministro da Agricultura em levar a cabo reformas difíceis e dolorosas mas necessárias e imprescindíveis para termos no futuro uma sociedade mais justa e um país mais desenvolvido.

E termino, com o agradecimento ao Governo e ao Senhor Ministro da Agricultura por esta visita e com uma palavra de incentivo aos agricultores do Barroso para que sejam cada vez mais ousados e mais ambiciosos e inovadores nos seus projectos e nos seus investimentos e que continuem a apostar na nossa terra para um futuro melhor de todos.

**O Presidente da Câmara Municipal de Montalegre**

**Dr. Fernando Rodrigues**